REDE – Revista Diálogos em Educação
v. 1, n. 1, janeiro-junho 2020

# RESENHA

APPLE, Michael W. **A educação pode mudar a sociedade?** Petrópolis, Vozes, 2017.

Maurício Silva[1]

Pensar a educação na perspectiva da mudança – no sentido preciso de que é possível, por meio de processos educacionais, mudar a vida de um indivíduo, as condições sociais de um determinado grupo ou classe e, no limite, uma sociedade inteira – revela-se, nos dias atuais, mais do que uma opção, tornando-se uma verdadeira necessidade.

É isso o que Michael Apple procura fazer em seu recente livro *A educação pode mudar a sociedade?*, o qual divide em duas partes: a primeira dedicada à reflexão sobre o questionamento principal do livro (expresso em seu título), com a contribuição de intelectuais diversos (Counts, Du Bois, Woodson, Freire); a segunda apresentando exemplos do uso da educação para a transformação social, retirados das realidades brasileira e norte-americana.

Perseguindo esse caminho, Apple propõe uma série de questionamentos acerca da educação – sobretudo a educação pública –, lembrando que, muitas vezes, a escola é vista como a causa de muitos problemas enfrentados pela sociedade, num discurso que desqualifica aquelas escolas que não aderiram aos interesses corporativos; vê a educação, enquanto processo coletivo, como inimiga; e adota a perspectiva da *eficiência*, numa lógica gerida pelo neoliberalismo conservador, para avaliar processos educativos complexos: "quando combinadas […], as iniciativas do mercado neoliberal e a pressão neoconservadora para estandartizar e impor uma cultura supostamente comum e estabelecer medidas de responsabilização redutivas podem ser danosas para a maioria das pessoas oprimidas" (p. 19).

Há, evidentemente, alternativas para resistir a essa visão da escola voltada para os negócios - como o programa Students at the Center (New Orleans) ou a revista *Rethinking Schools* –, que veem a escola como espaços que respeitam as pessoas, considerando-as sujeitos corresponsáveis do processo educacional. Mas, de modo geral, pode-se dizer que "cada vez mais, sob o poder crescente de formas ideológicas neoliberais, a educação está sendo comoditizada" (p. 35), colocando pessoas e escolas sob o império da economia e tornando-as focos de lucro.

Tratando das ideias de Paulo Freire como crítico da educação, Apple relaciona sua produção à literatura emergente do pós-colonialismo, globalização e pedagogia crítica e sugere algumas tarefas cruciais nas quais o educador crítico precisa se envolver, não sem deixar de fazer uma crítica a determinados "freirianos", ligados ao que chama de "'indústria' de Freire" (p. 51). O autor destaca, ainda, a valorização, pela pedagogia crítica,

[1] Doutor em Letras Clássicas e Vernáculas pela Universidade de São Paulo; professor no Programa de Mestrado e Doutorado em Educação, na Universidade Nove de Julho (São Paulo); maurisil@gmail.com

do “conhecimento vindo de baixo” (p. 64), defendo a conciliação entre aspectos epistemológicos e teóricos dessa pedagogia e questões reais: "o desenvolvimento de recursos teóricos críticos é bem-sucedido quando está conectado dialética e intimamente a movimentos e lutas reais" (p. 74). Semelhante entendimento faz do pesquisador um *estudioso/ativista* que deve não apenas iluminar caminhos em que política e prática educacionais se conectam, num contexto das relações de exploração e dominação, mas também examinar realidades com uma estrutura conceitual e política vinculada a ações progressistas e anti-hegemônicas. Em resumo: “educadores críticos devem *agir* de acordo com os movimentos sociais progressistas que seus trabalhos apoiam ou em movimentos contra suposições e políticas de direita que eles analisam criticamente” (p. 79).

Apple trata, na sequência, do pensamento de George Counts (p. 83-124), figura de destaque entre os educadores norte-americanos, cuja teoria se assenta em ideias de transformação social, no cooperativismo (em oposição à competição), no ativismo docente, enfatizando o papel da escola na transformação radical da sociedade; e do pensamento de Du Bois e Woodson (p. 125-160), destacando, no primeiro, sua preocupação com o papel do ensino no processo de transformação social, com a educação emancipatória, a partir de uma visão de "organização socialista democrática coletivista" (p. 129), além de defender uma "educação africana" (p. 136), defendendo, assim, uma espécie de pedagogia protoafrocêntrica; no segundo, seu papel na liderança de movimentos de valorização da cultura africana, como a inclusão de temas africanos nos currículos escolares e a valorização de professores negros.

Nos capítulos seguintes, o autor procura responder mais diretamente o questionamento presente no título do livro, opondo-se frontalmente à política neoliberal e neoconservadora e valorizando os saberes locais e alternativos. Um exemplo estudado pelo autor é a administração do governo do Partido dos Trabalhadores em Porto Alegre, que tem como alguns de seus feitos - no plano educacional - o Orçamento Participativo e a Escola Cidadã (p. 168-210). Outro exemplo é o acordo realizado entre a rede de supermercados Wal-Mart e algumas universidades e faculdades, a fim de promover uma educação conectada às necessidades da sociedade corporativa (p. 218-226). Embora ambas as experiências transformem a sociedade por meio da educação, elas trilham caminhos bem diferentes, segundo o autor: a primeira, voltada para a democratização da sociedade como um todo; a segunda, para políticas conservadoras e interesses neoliberais.

Diante da realidade exposta, o autor nos instiga a assumir o papel de *educador crítico*, como forma de reação à "reestruturação neoliberal e [...] comodificação de tudo o que nos importa" (p. 251). Nesse sentido, transformar a sociedade por meio da educação não deve querer dizer apenas transformar a economia, mas atingir objetivos muito mais amplos e profundos. Em resumo:

> Desafiar essas estruturas e relações econômicas, sociais, culturais/ideológicas e afetivas pede que trabalhemos em muitos níveis e em muitos lugares; em todos os papéis do processo. Alguns deles serão históricos e conceituais, outros envolverão trabalho direto como estudantes e de maneira crítica. Alguns deles serão na construção e na defesa de mobilizações coletivas de muitas pessoas que trabalham em escolas ou em/com comunidades; outros serão na formação de futuros professores, para que estejam preparados para ir adiante e continuar o processo de construir uma educação que resista à incorporação de formas dominantes (p. 272).

O que, no final das contas, Apple nos oferece, com seu livro, é um dos possíveis caminhos para se pensar a educação como um "instrumento" de mudança social profunda, uma mudança que, partindo do trabalho coletivo, obtém resultados que incidem diretamente na vida cotidiana do indivíduo, mas cuja percepção alcança o conjunto da sociedade.

Desse modo, à pergunta expressa desde o início – pode a educação mudar a sociedade? – pode-se responder de várias maneiras, mas certamente não se pode obliterar o fato de que a transformação social por meio da educação só se concretiza a partir de uma abordagem crítica da sociedade capitalista neoliberal contemporânea, num esforço conjunto para erradicar e/ou minimizar seus efeitos deletérios para a sociedade.

Para quem se interessa pelo assunto e quer ter uma visão atualizada do tema, essa é uma leitura indispensável!